

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

HISTÓRICO

PRINCÍPIOS

Carta de Princípios

OBJETIVOS DA ESCOLA

FORMA DE ORGANIZAÇÃO

Sobre a Escola e a comunidade

Sobre os Espaços de Aprendizagem

METAS E AÇÕES DA ESCOLA

PROPOSTA EDUCACIONAL

Sobre Educando e Currículo

Sobre a Articulação Curricular

Sobre a Relevância do Conhecimento e das Aprendizagens

AVALIAÇÃO

ESTRUTURAS EDUCATIVAS

Sobre a Tutoria

MATRÍCULA

TRANSFERÊNCIA

MUDANÇA DE NÚCLEO

ASSEMBLEIA ESCOLAR

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

ANEXOS

QUADRO DE OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

RECURSOS HUMANOS

RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS

TERMO DE COMPROMISSO (FAMÍLIA E ESCOLA)

MATRIZ CURRICULAR



1 - INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico da Escola nasce	u da
necessidade de oferecer serviço de proteção social básica para crianças e adoleso	entes
da região; de participar efetivamente da formação global dos educandos ofere	cendo
escolarização correspondente a Educação Infantil, Ensino Fundamental (do 1º ao 9	}ºano)
e Ensino Médio. Acredita que assim contribuirá com o processo democrático bras	sileiro,
com educação de qualidade, expressando na prática educativa a adequação	o das
necessidades sociais, políticas e culturais contemporâneas.	
A Escola tem em vista atingir os resultados da	ação
educacional previstos na legislação em vigor e especificamente na LDB 9394/96	. Tem
como maior missão "Ser um espaço de aprendizagem, vivência e multiplicaça	ão da
cidadania".	
Este documento, por ser de gestão democrática, será objeto de reflexão por pa	rte do
coletivo da escola, preponderantemente dos educandos, dos educadores e das far	nílias.
Dessa reflexão surgirão os caminhos a serem trilhados na ação educado	cional,
materializados aos princípios e valores que fundamentam a prática da escola;	a sua
estrutura organizacional e instâncias de decisões, a organização do ensino, dos es	paços
e dos tempos escolares; as formas de representação dos educandos; dos conte	eúdos
curriculares; à ação pedagógica; aos procedimentos de aprendizagem; às estratégi	as de
avaliação e as atividades culturais.	
Propostas de alterações são apreciadas pela comunidade escolar, em especia	l pelo
Conselho de Direção, responsáveis maiores pela manutenção da coerência deste P	rojeto
Político-Pedagógico.	

2-IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

3 - HISTÓRICO

4 - PRINCÍPIOS



A Escola	_ assume seu compromisso de cumprir e										
fazer cumprir os Princípios e Fins da Educa	ção Nacional bem como os objetivos da										
Educação Infantil e do Ensino Fundamental e	Médio conforme expresso na Constituição										
da República Federativa do Brasil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional											
(LDB no 9394/96 de 20 de dezembro) e nas D	iretrizes Curriculares Nacionais, bem como										
atender às demais normas aplicáveis, em	especial o Estatuto da Criança e do										
Adolescente.											

4.1 - Carta de Princípios

A Carta de Princípios define o Perfil do Educador e do educando da Escola ______.

Primeiramente, é preciso esclarecer, se usamos a palavra educador subvertemos em muito seu significado. Educador não é sinônimo de professor ou mestre, não diz respeito àquele que dá aulas, que transmite ensinamentos prontos em uma sala fechada. Entendemos que a aprendizagem se dá na vida e na prática, e não fora dela, que é no encontro com o mundo e com os outros que se faz necessária. Portanto, todos que participam do Escola ______, qualquer que seja a função específica que exerça – administrativa, operacional, pedagógica – é igualmente responsável pelo educando e igualmente considerado educador.

Não entendemos a escola como um local de acúmulo de conteúdos teóricos, mas um espaço de humanização onde a criança é convidada a vivenciar, experimentar junto, os conhecimentos, as diversas formas de compreender e estar no mundo que a cerca. Um local que propicie oportunidades para desenvolver suas habilidades sociais, críticas, enfim, sua autonomia.

Não acreditamos em um sistema educacional que funciona somente na medida em que homogeneíza que impõe metas e expectativas gerais, ignorando as especificidades de cada um. Se não somos todos iguais por que temos que aprender do mesmo modo, ao mesmo tempo, por que tratar as crianças como tabulas rasas, recipientes vazios que devem ser preenchidos por conteúdos. Não compactuamos com um modelo que exige, que força cada criança e cada jovem a se adequar a uma idealização, mediana e abstrata, do que deveria vir a ser um aluno.



Para nós, cada criança é um ser humano único, irrepetível, e deve ser tratado como tal, pelo que não tomamos em consideração as padronizações convencionais, idade, séries, gênero... O que nos importa são seus interesses, suas necessidades. Descobrir e encorajar suas aptidões e potencialidades, respeitando sempre sua história e sua cultura. Visamos um ideal quase perdido de educação: aprender sem paredes, no convívio sincero com outros. O educador implode a tradicional relação hierárquica entre mestre e discípulo. O aprender se faz junto, na troca de experiências, de ideias, de gostos e de sonhos.

O educador aqui pensa a educação, critica seu trabalho, entende que aquilo que sempre foi feito, ou que a maioria faz, não é automaticamente correto e nem suficiente. Põe sua prática, suas atitudes, seu método em questão, busca se livrar das formas *caducas* de educação que ainda estão tão incutidas na maioria de nós.

Matriz de valores para o desenvolvimento da autonomia do educando e a nossa própria: (a título de exemplo)

- 4.1.1 Valor 1
- 4.1.2 Valor 2
- 4.1.3 Valor 3
- 4.1.4 Valor 4
- 4.1.5 Valor 5

Consideramos "Educador" toda pessoa que trabalha na Escola ______. Para isso norteamo-nos no perfil definido em nossa Carta de Princípios, e o buscamos através da construção de nossa trans-formação, que se dá no exercício da prática amparado pela teoria — na práxis educativa. Para tanto, todos os envolvidos no projeto se reúnem semanalmente para reflexão, decisão e ação sobre todos os problemas coletivos da escola.



5 - OBJETIVOS DA ESCOLA

Α	Escola	tem	como	objetivo	geral	os	previstos	na
Co	onstituição da República Federativa do	Brasil	, na De	claração	Univer	sal d	os Direitos	da
Cr	iança e no Estatuto da Criança e do Ad	lolesce	ente, ist	o é, de pr	omove	roc	rescimento) do
ed	ucando em todos os aspectos: físico,	menta	l, intele	ctual, em	ocional	, afe	tivo, psíqu	ico,
ра	ra que ele possa interferir, atuar e trans	sforma	r o seu	meio, na	perspe	ctiva	de promo	ção
do	ser humano.							

6 - FORMA DE ORGANIZAÇÃO

A organização do trabalho na escola girará em torno do educando, devendo estar sempre presente no desenvolvimento das atividades a ideia de que se impõe ajudar cada educando a alicerçar o seu próprio projeto de vida. Só assim a escola poderá contribuir para que cada educando aprenda a estar, a ser, a conhecer e a agir.

A escola se norteia pelos princípios democráticos priorizando a passagem da heteronímia para a autonomia. Nesta escola não há aulas, nem séries. Os educandos de todas as idades e níveis de conhecimento ocupam os mesmos espaços e aprendem juntos. Os educadores acompanham o processo de cada um e ajudam no planejamento de estudos. Portanto, todos os educadores são responsáveis por todos os educandos. A proposta pedagógica se organiza em Núcleos, conforme o Regimento Escolar, que são organizados em função do desenvolvimento das competências previstas no perfil terminal de cada núcleo.

Os núcleos são a primeira instância de organização pedagógica do trabalho de educandos e educadores, correspondendo a unidades coerentes de aprendizagem e de desenvolvimento pessoal e social.

As propostas de trabalho com os educandos tenderão a usar a metodologia de trabalho de projeto. Neste sentido, a definição do currículo objetivo reveste-se de um caráter dinâmico e carece de um permanente trabalho reflexivo por parte da equipe de educadores, de modo a que seja possível, a facilitação de recursos e materiais na aquisição de saberes e no desenvolvimento das competências essenciais.



O percurso de aprendizagem do educando, a avaliação do seu trabalho, assim como os documentos mais relevantes por ele realizados, constarão do seu processo individual. Este documento tentará evidenciar a evolução do educando nas diversas dimensões do seu percurso escolar.

O trabalho do educando é supervisionado permanentemente por um educador, ao qual é atribuída a função de tutor do educando. O tutor assume um papel mediador entre família/sociedade e a escola. Os pais ou responsáveis poderão em qualquer momento agendar um encontro com o tutor.

6.1 - Sobre a Escola e a comunidade

6.2 - Sobre os Espaços de Aprendizagem

7- METAS E AÇÕES DA ESCOLA

- a) Em conjunto com toda a comunidade escolar, estabelecer as estratégias necessárias ao desenvolvimento do trabalho em planejamentos diários e de periodicidade quinzenal;
- b) Compor equipe por educandos, pais, educadores e demais envolvidos com a educação para a organização do trabalho;
- c) Promover prática educativa que viabilize o saber, os valores e envolva a comunidade quanto aos princípios norteadores da escola, com vistas a uma participação ativa;
- d) Organizar espaços físicos, projetos de estudos adequados à proposta pedagógica e filosófica da escola; unificação de linguagens;
- e) Confiar aos pais a corresponsabilidade das ações da escola, encarregados, portanto de promovê-la e defendê-la;
- f) Se constituir numa lógica predominantemente pedagógica de afirmação e consolidação do Projeto Político-Pedagógico e não de representação corporativa de quaisquer setores ou interesses profissionais;
- g) Favorecer aos educandos que sejam eles próprios, responsáveis pela organização e manutenção das instalações e dos recursos materiais disponíveis;



h) Priorizar a participação dos educandos na organização e no desenvolvimento das atividades escolares.

8 - PROPOSTA EDUCACIONAL

Sobre os valores matriciais da escola busca-se uma equipe coesa e solidária e uma intencionalidade educativa claramente reconhecida e assumida por todos (educandos e educadores) são os principais ingredientes de um projeto capaz de sustentar uma ação educativa coerente e eficaz.

- a) A intencionalidade educativa que serve de referencial ao Projeto Político-Pedagógico orienta-se no sentido da formação de pessoas e cidadãos cada vez mais cultos, autônomos, responsáveis e democraticamente comprometidos na construção de um destino coletivo e de um projeto de sociedade que potenciem a afirmação das mais nobres e elevadas qualidades de cada ser humano.
- b) A Escola não é uma mera soma de parceiros justapostos e atividades ritualizadas é uma formação social em interação com o meio envolvente e outras formações sociais na qual permanentemente convergem processos de mudança desejada e refletida.
- c) A intencionalidade educativa do Projeto Político-Pedagógico impregna coerentemente as práticas organizacionais e relacionais da Escola, que refletirão também os valores matriciais que inspiram e orientam o projeto, a saber, os valores da honestidade, da responsabilidade, da afetividade, da solidariedade e do respeito.
- d) A Escola reconhece aos pais o direito indeclinável de escolha do projeto que considerem mais apropriado à formação dos seus filhos e, simultaneamente, outorga-se o direito de propor à sociedade e aos pais interessados o projeto educativo que julgue mais adequado à formação integral dos seus educandos.
- e) O Projeto Político-Pedagógico, enquanto referencial de pensamento e ação de uma comunidade que se revê em determinados princípios e objetivos educacionais, baliza e orienta a intervenção de todos os agentes e parceiros na vida da Escola e ilumina o posicionamento desta face à administração educativa.



8.1 - Sobre Educando e Currículo

Como cada ser humano é único, a experiência de escolarização e o trajeto de desenvolvimento de cada educando são também únicos.

A unicidade do educando como ser em permanente desenvolvimento, deve ser valorizada com base nos valores do projeto.

As necessidades individuais e específicas de cada educando deverão ser atendidas singularmente, já que as características singulares de cada educando implicam formas próprias de apreensão da realidade. Neste sentido, todo o educando tem necessidades educativas especiais, manifestando-se em formas de aprendizagem sociais e cognitivas diversas.

Prestar atenção ao educando tal qual ele é; reconhecê-lo no que o torna único, recebendo-o na sua complexidade; tentar descobrir e valorizar a cultura de que é portador; ajudá-lo a descobrir-se e a ser ele próprio em equilibrada interação com os outros, são atitudes fundadoras do ato educativo e as únicas verdadeiramente indutoras da necessidade e do desejo de aprendizagem.

Na sua dupla dimensão individual e social, o percurso educativo de cada educando supõe um conhecimento cada vez mais aprofundado de si próprio e o relacionamento solidário com os outros.

A singularidade do percurso educativo de cada educando supõe a apropriação individual (subjetiva) do currículo, tutelada e avaliada pelos educadores, próprios educandos e pais. Considera-se como currículo o conjunto de atitudes e competências que, ao longo do seu percurso escolar, e de acordo com as suas potencialidades e interesses, os educandos deverão adquirir e desenvolver.

O conceito de currículo é entendido numa dupla dimensão, conforme a sua exterioridade ou de realização, uma meta; o currículo interior ou subjetivo é um percurso (único) de desenvolvimento pessoal, um caminho, um trajeto. Só o currículo subjetivo (o conjunto de aquisições de cada educando) está em condições de validar a pertinência do currículo objetivo.

Fundamentado no currículo nacional, o currículo objetivo é o referencial de aprendizagens e realização pessoal que decorre do projeto.



Não pode igualmente ser descurado o desenvolvimento afetivo e emocional dos educandos, ou ignorada a necessidade da educação de atitudes com referência ao quadro de valores subjacente ao projeto educativo.

8.2- Sobre a Articulação Curricular

Para além de articularem permanentemente a sua ação no âmbito dos Núcleos de Projeto que integrem, numa lógica de trabalho horizontal, os educadores deverão ainda, numa lógica de trabalho vertical e transversal, articular construtivamente a sua ação com os colegas dos demais Núcleos, de forma a garantir a coerência e a qualidade dos percursos de aprendizagem dos educandos à luz do Projeto Político-Pedagógico.

A Escola valorizará as dimensões curriculares fundamentais, na forma da Lei:

O projeto curricular de cada aluno compreenderá ainda a dimensão tecnológica, entendida numa perspectiva eminentemente transversal e instrumental, e o domínio afetivo e emocional.

A equipe de cada Núcleo de Projeto integrará educadores mais vocacionados, pela sua formação e experiência profissionais, para apoiar e orientar, numa perspectiva de acrescida especialização, o percurso de aprendizagem dos educandos em cada uma das dimensões curriculares fundamentais.

O Regimento do Conselho de Gestão enunciará os modelos e as formas operacionais a que deverá obedecer à articulação curricular.

8.3- Sobre a Relevância do Conhecimento e das Aprendizagens

Todo o conhecimento verdadeiramente significativo é autoconhecimento, pelo que se impõe que seja construído pela própria pessoa a partir da experiência. A aprendizagem é um processo social em que os educandos, heuristicamente, constroem significados a partir da experiência.

Serão valorizadas as aprendizagens significativas, numa perspectiva interdisciplinar e holística do conhecimento, estimulando-se permanentemente a percepção, a caracterização e a solução de problemas, de modo a que o educando trabalhe conceitos de uma forma consistente e continuada, reelaborando-os em estruturas cognitivas cada vez mais complexas.



É indispensável a concretização de um ensino individualizado e diferenciado, referido a uma mesma plataforma curricular para todos os educandos, mas desenvolvida de modo diferente por cada um, pois todos os educandos são diferentes. Os conteúdos a apreender deverão estar muito próximos da estrutura cognitiva dos educandos, bem assim como dos seus interesses e expectativas de conhecimento.

A essencialidade de qualquer saber ou objetivo concreto de aprendizagem deverá ser aferida pela sua relevância para apoiar a aquisição e o desenvolvimento das competências e atitudes verdadeiramente estruturantes da formação do indivíduo; a tradução mecânica e compartimentada dos programas das áreas ou disciplinas curriculares em listas inarticuladas de conteúdos ou objetivos avulsos de aprendizagem, não conduz à valorização dessa essencialidade.

O envolvimento dos educandos em diferentes contextos sócio-educativos e a complementaridade entre situações formais e informais favorecem a identificação de realidades que frequentemente escapam às práticas tradicionais de escolarização e ensino.

A avaliação, como processo regulador das aprendizagens, orienta construtivamente o percurso escolar de cada educando, permitindo-lhe em cada momento tomar consciência, pela avaliação positiva, do que já sabe e do que já é capaz.

Acompanhar o percurso do educando na construção do seu projeto de vida, tendo consciência da singularidade que lhe é inerente, impõe uma gestão individualizada do seu percurso de aprendizagem. A diversidade de percursos possíveis deverá, no entanto, resguardar o desenvolvimento sustentado do raciocínio lógico matemático e das competências de leitura, interpretação, expressão e comunicação, nas suas diversas vertentes, assim como a progressiva consolidação de todas as atitudes que consubstanciam o perfil do indivíduo desenhado e ambicionado neste projeto educativo.

9 - AVALIAÇÃO

A avaliação, como processo regulador da aprendizagem, orienta construtivamente o percurso escolar de cada educando, permitindo-lhe em cada momento tomar consciência, pela avaliação positiva, do que já sabe e do que já é capaz.



Acompanhar o percurso do educando na construção do seu projeto de vida, tendo consciência da singularidade que lhe é inerente, impõe uma gestão individualizada do seu percurso de aprendizagem na construção de seu Currículo Subjetivo, como também a progressiva consolidação de todas as atitudes que consubstanciam o perfil do indivíduo desenhado e ambicionado neste projeto educativo.

A avaliação do desempenho escolar é compreendida como um mecanismo de diagnóstico das possibilidades do educando, que orienta os próximos passos do processo educativo, tendo, por isso, também caráter formador.

Constitui-se em um processo contínuo, dinâmico e cumulativo, com prevalência dos aspectos de qualidade sobre os de quantidade. Além da dimensão cognitiva, o desenvolvimento da afetividade, da socialização, do autoconhecimento, da autoestima, da criatividade, da ética e da autonomia constitui parte essencial da formação do educando e, por conseguinte, do processo avaliativo.

A avaliação é feita sempre se tomando por base cada educando em relação a seu potencial, esforços e envolvimento com a atividade desenvolvida; sua postura de estudante fazendo uso de atividades como aquelas que relacionamos a título de exemplos: Discussões sobre assuntos estudados; Trabalhos individuais ou\e em grupo; Avaliações realizadas por escrito em forma de relatórios; d. Atividades desenvolvidas na comunidade; Explicação do que aprendeu a outros colegas; Consultas nas bibliotecas e na Net; Pesquisas e trabalhos em casa; Dramatização de um texto ou de uma situação; Relatórios de visitas ou viagens de estudo do meio, entre outras.

Compete ao educador-mediador de aprendizagem desenvolver outras atividades que o interesse ou necessidade do aluno possa sugerir. Cabe ao tutor acompanhar, orientar, verificar o percurso do seu tutorando, e registrar em ficha individual todo o seu desenvolvimento e aprendizagem, para comunicar aos responsáveis, ao educando, equipe pedagógica, Secretaria de Educação.

Neste documento, ficha individual ou relatório, além de conter o trajeto curricular do educando, também são anotadas as intervenções necessárias para ajudar ao educando sobre sua evolução tanto em relação aos aspectos cognitivos quanto em relação aos aspectos emocionais e de suas atitudes.



10 - ESTRUTURAS EDUCATIVAS

10.1- Sobre a Tutoria

O acompanhamento permanente e individualizado do percurso curricular de cada educando caberá a um tutor designado para o efeito pelo Conselho de Gestão, dentre os educadores da escola, conforme disposto no Regimento Interno.

Os educadores de cada espaço de aprendizagem também são responsáveis pelo desenvolvimento e aprendizagem de cada educando da escola. Os educadores se norteiam pelo planejamento do dia, elaborado a partir do roteiro de estudos, de cada educando.

11 - MATRÍCULA

A matrícula é o ato formal que vincula o educando à Escola conferindo-lhe a condição de educando. É requerida pelos pais ou responsáveis legais e deferida pelo Conselho de Direção, em conformidade com o Regimento Interno. Os períodos de matrícula e rematrícula se darão nos meses de dezembro e janeiro.

12 - TRANSFERÊNCIA

A transferência, passagem de vínculo do aluno da escola em que se encontrava regularmente matriculado para esta, e a concessão de transferência desta Escola para outra, acontecerá mediante as disposições do Regimento Interno

13 - MUDANÇA DE NÚCLEO

Em nossa escola não há Classificação e Reclassificação, Promoção, Retenção, ou Recuperação, por não haver sala de aula, turmas ou séries. Procedemos a organização dos educandos por Núcleos de Aprendizagem.

A mudança de Núcleo está atrelada à aprendizagem e conquista de atitudes e valores, pelos educandos, como prevista no Regimento Interno.



Todo educando será avaliado por seu tutor e/ou equipe de educadores, para o encaminhamento a seu núcleo de aprendizagem ou para a passagem para outro Núcleo, de acordo com o previsto no Regimento Interno.

14 - FREQUÊNCIA

Sempre que um educando necessita ausentar-se da Escola, como acordado, o responsável comunica o fato à secretaria justificando o motivo. Quando a causa é doença, a Escola anexa ao prontuário do educando o atestado de saúde.

Quando um educando se ausenta por mais de um dia, sem nenhum contato da família, a secretaria ou seu tutor entra em contato com o responsável para saber o motivo.

Há sempre a preocupação em relação às faltas, por entendermos que o educando possa ser prejudicado em sua aprendizagem. Em algumas situações, vide caso de doença, a família é orientada em ajudar o educando, se sua condição de saúde permitir, a proceder a seus estudos em casa.

15 - ASSEMBLEIA ESCOLAR

Enquanto dispositivo de intervenção direta, a Assembleia Escolar é a estrutura de organização educativa que proporciona e garante a participação democrática dos educandos na tomada de decisões que respeitam à organização e funcionamento da escola, conforme o disposto no Regimento Interno.

A Mesa é constituída por um coordenador e três secretários, que fazem a ata da Assembleia. Também faz parte da Mesa a Comissão de Ajuda, que, organiza o espaço físico para que as reuniões da Assembleia possam acontecer e disponibiliza o livro de presenças.

Fará parte da agenda das primeiras reuniões da Assembleia a definição dos direitos e deveres dos educandos.



16 - ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação interna, realizada pelo Conselho de Gestão em reuniões especialmente convocadas, terá como objetivo a análise, orientação e reformulação, se necessário, dos procedimentos pedagógicos, financeiros e administrativos. Terá como meta o aprimoramento da qualidade do ensino, sendo sustentada por procedimentos de observação e registros contínuos, para permitir o acompanhamento:

- a) Sistemático e contínuo do processo de aprendizagem, de acordo com os objetivos e metas constantes no Projeto Político-Pedagógico e do Termo de Autonomia;
- b) Do desempenho da equipe escolar e dos educandos, nos diferentes momentos do trabalho educacional;
- c) Da participação da comunidade escolar nas atividades propostas pela escola;
- d) A avaliação será anexada ao Projeto Político-Pedagógico, na forma de relatórios, servindo para orientar os momentos de planejamento da atividade escolar.